

A sucessão familiar na propriedade agrícola: estudo de caso numa colonização do extremo oeste catarinense (1926-1960)

The family succession on the agricultural property: a case study in a colonization of the west end of Santa Catarina (1926-1960)

Douglas orestes Franzen*

Resumo: O texto parte de uma análise da formação da colonização Porto Novo, atual município de Itapiranga (SC), numa perspectiva étnica e confessional alicerçada na formação de lotes coloniais voltados para a produção agrícola de base familiar. Passados trinta anos de colonização, a segunda geração de colonos, baseada em novos migrantes e filhos dos colonos já estabelecidos começa a pressionar as fronteiras agrícolas da colonização ocasionando um problema de sucessão familiar na propriedade agrícola, o que motivou a busca por alternativas e possibilidades frente a esse quadro.

Palavras-chave: agricultura, sucessão familiar, colonização

Abstract: The text begins with an analysis of the formation of colonization Porto Novo, current council Itapiranga (SC), an ethnic and confessional perspective grounded in the formation of colonial lots facing the family-based agricultural production. After thirty years of colonization, the second generation of settlers, based on new migrants and children of settlers established starts pushing the agricultural frontier of colonization causing a problem of family succession in the farm, which prompted the search for alternatives and possibilities ahead this framework.

Keywords: agriculture, family sucessional, colonization

Introdução

O objetivo do presente trabalho é de compreender o processo de formação de uma colonização étnica e confessional no extremo oeste catarinense e de que forma as famílias dos colonos desenvolveram a atividade agrícola frente a essa realidade. Buscamos contextualizar o desenvolvimento das técnicas agrícolas e o processo de sucessão familiar inserido no contexto de uma colonização fechada étnica e culturalmente.

O projeto de colonização Porto Novo, foi idealizado pela Sociedade União Popular – *Volksverein*, instituição que coordenou a implantação de outras colônias alemãs no Rio Grande do Sul, vinculado aos Padres Jesuítas, com o objetivo de implementar no extremo oeste de Santa Catarina uma nova fronteira agrícola e social. O empreendimento foi

* Professor da FAI Faculdades de Itapiranga. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Itapiranga. Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo. E-mail: douglas_franzen@yahoo.com.br

financiado pela Cooperativa de Crédito *Sparkasse*, e fundado oficialmente no ano de 1926. Já no ano de 1928 a colonização recebeu o nome de Itapiranga, nome dado atualmente ao município, gerando mais tarde a emancipação dos municípios de Tunápolis e São João do Oeste.

A *Volksverein für die deutschen Katholiken im Rio Grande do Sul* (Sociedade União Popular para alemães católicos no Rio Grande do Sul), não era necessariamente uma empresa de colonização. Era, na verdade, uma entidade associativa fundada para dar assistência a população de descendência alemã e católica no Sul do Brasil. Tratava-se de uma entidade assistencial e cultural voltada ao amparo dos colonos alemães, principalmente de religião católica.

A característica do empreendimento colonizador Porto Novo possuía a peculiaridade de aceitar somente migrantes que fossem de origem germânica e católica, portanto uma colonização étnica e confessional. Nesse sentido, compraram terras nessa colônia famílias que buscavam novas fronteiras agrícolas originárias das colônias velhas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde as terras já estavam subdivididas e esgotadas. Da mesma forma, adquiriram terras em Porto Novo, imigrantes que fugiam das duras condições de vida em vilarejos europeus, expulsos pelas atrocidades da guerra, pela perseguição étnica e política, ou pelas péssimas condições de vida e de trabalho lá existentes.

Inicialmente, a ideia da Sociedade União Popular era a de fundar uma colônia com essas características em solo gaúcho, mas tal empreendimento não foi visto com bons olhos pelo governo do Rio Grande do Sul, então governado por Augusto Borges de Medeiros do PRR, além do valor das terras serem muito altos. Nesse sentido, buscou-se a compra de um lote de terras em Santa Catarina, pois era de interesse do governo catarinense em promover a ocupação daquele espaço, já contestado algumas vezes ao longo da história. Além disso, a empresa Colonizadora Chapecó-Pepery, detentora das terras no Alto Vale do Rio Uruguai e que já havia promovida a colonização de Porto Feliz – atualmente o município de Mondaí – enfrentava grave crise econômica, assim, a *Volksverein* aproveitou a oportunidade para adquirir uma faixa de terras as margens do Rio Uruguai na fronteira, na fronteira com a Argentina.

O processo de fundação da colônia Porto Novo, promoveu a transferência de um local para outro de uma bagagem cultural alicerçada em sujeitos através de uma estrutura socioeconômica e cultural que esses sujeitos trataram de transportar de seu local de origem através das instituições, organizações e no seu estilo de vida. Essa bagagem cultural e social dos migrantes adaptou-se ao meio, às limitações do isolamento percebido no período no

extremo oeste catarinense, fazendo com que os sujeitos construíssem uma nova identidade, com fortes traços herdados das colônias de origem, mas com uma nova dinâmica estrutural.

A colonização Porto Novo foi organizado da forma de lotes rurais, de aproximadamente 25 hectares cada, onde seriam alocadas as famílias. Foram organizados também centros comunitários, onde se zelava pela construção de uma capela e de uma escola, onde em alguns casos também foram abertas casas comerciais para abastecer as famílias com suprimentos.

A família do colono e seu sistema de produção

As famílias que ocuparam os lotes coloniais de Porto Novo possuíam uma estrutura típica das famílias de descendência germânica do início do século XX. Geralmente, eram famílias numerosas, alicerçadas na cultura do paternalismo, com forte influência da religiosidade católica, da disciplina e da hierarquização das funções e das relações de poder entre os membros que a compunham.

O paternalismo aqui entendido reflete a figura do homem como o epicentro das decisões e do poder na hierarquia familiar. O chefe da família, o pai zelador e imbuído de autoridade, representava o alicerce da família camponesa do período. Entender essa conjuntura representa compreender a base da estrutura regional, de caráter autoritário e hierarquizante. O homem da casa era quem tomava as decisões, era ele quem controlava o sistema produtivo, quem detinha o controle dos recursos financeiros, quem possuía autoridade para falar de política ou dos padrões morais da sociedade regional. As generalizações presentes nesta ótica podem ser demasiado parciais, mas, afirmar que o homem era o epicentro do poder e da moral da sociedade regional nas primeiras décadas de colonização de Porto Novo, representa traçar em linhas gerais as características da estrutura familiar do período.

Evidente é que, em cada período histórico os padrões socioculturais foram rompidos através de desvios de conduta, desobediências morais e insubordinação à autoridade. No entanto, cada sociedade em seu tempo possuía características gerais, delimitadas através de tradições, moralismos, crenças e relações de poder. Nosso foco de discussão está diretamente ligado a essa conjuntura de hierarquização dos padrões e simbologias da cultura familiar germânica e católica do início do século XX.

Podemos nos remeter aqui ao *ethos* camponês do período, ou seja, uma espécie de síntese dos costumes da sociedade regional, um valor de identidade social, uma espécie de

carga histórica e cultural presente em cada indivíduo, herdada de seus antepassados e reconstruída no cotidiano. Compartilhamos aqui, da visão de Tedesco (1998), ao aferir que o *ethos* do colono seria o estilo, a marca, o modo de ser, que se constrói socialmente em função dos processos, da natureza, da manifestação de seus modos de vida e de seu entorno social.

Na concepção de Norbert Elias (1994), cada indivíduo é produto do que seus pais e sua sociedade já foram antes mesmo dele ter nascido. Ele adquire sua marca a partir da história dessas relações, dessas dependências, e assim, num contexto mais amplo, da história de toda rede humana em que cresce e vive.

E, numa região colonizada de forma tradicionalmente agrícola e com fortes costumes comunitários e religiosos, o conceito de colono torna-se ainda mais singular. Conforme Schneider, “ser colono não significa apenas ser um agricultor que cultiva a terra, mas comportar-se de acordo com um conjunto de valores simbólicos e práticas culturais identificadas com o modo de vida colonial.” (SCHNEIDER, 2004, p.149). Como colono o sujeito tem a possibilidade de utilizar os seus meios de trabalho em benefício próprio: plantando os produtos básicos para seu consumo ou auxiliando nas tarefas agrícolas dos demais membros da família. No espaço de cultivo da terra, se preservam e se revigoram as relações de interconhecimento, típicos do modo de vida camponês, onde uma geração ensina a outra o conhecimento herdado de gerações. Da essência de camponês podemos caracterizar sujeitos históricos muito vinculados à comunidade e ao ambiente natural de trabalho: a terra, o clima, a vegetação, os animais e a sociedade.

No cerne da sociedade camponesa regional, se desenvolveram relações de poder que se sustentaram em tradições familiares de paternalismo e de autoridade. Essa estrutura do poder no seio familiar pode ser entendida nas palavras de Michel Foucault (1987), ou seja, da institucionalização do poder na própria educação familiar, no cotidiano das relações entre os membros da família e da própria sociedade.

A divisão do trabalho na família colonial possuía uma hierarquia bem definida. Os homens eram os responsáveis, de maneira geral, por cuidar das atividades do plantio e da colheita, o que não raras vezes, também era feito em parceria com as mulheres. A família era um espaço de respeito e de trabalho. “A mulher do agricultor sempre trabalhou muito [...] ela e as crianças participavam e participam ativamente das atividades agrícolas em geral. Raramente, no entanto, seu trabalho era e é considerado produtivo.” (STRIEDER, 2000, p.50)

Acerca do papel da mulher na família camponesa de Porto Novo temos o depoimento da pioneira Maria Rohde:

Quantas vezes ao passar de carro ou a cavalo pela colônia, eu via as mulheres realizarem trabalhos tão pesados quanto os homens. Principalmente logo no início, quando havia poucos trabalhadores disponíveis, eu vi mulheres derrubar capoeirões ou, até mesmo, grandes árvores com o machado. Eu as vi ajudando a cortar com o serrote, tábuas e barrotes para a construção de suas casas, a partir das imensas toras, e mesmo na construção das primeiras moradias, as vi lado a lado com os homens. E, quando todos os outros já dormiam depois do trabalho pesado do dia a dia, na silenciosa choupana de colonizador todos os outros já dormiam, a lamparina de banha junto ao fogão permanecia ardendo, ainda por longo tempo, e a mulher, incansável, se debruçava sobre os remendos e cerzaduras. (ROHDE, 2011, p.221)

As famílias dos colonos, nas primeiras quatro décadas da colonização eram numerosas, sendo a necessidade de se ter filhos anualmente, uma exigência disseminada pela tradição religiosa. Havia a preocupação na colônia de se promover a ocupação do espaço, de se multiplicar através dos filhos a cultura e a tradição. Os filhos do casal eram considerados os frutos responsáveis por levar para as gerações futuras os valores culturais idealizados na fundação da colônia Porto Novo.

O casamento era considerado na família do camponês um sacramento, segundo os ensinamentos religiosos. Não se permitia, pelo menos publicamente, relações amorosas entre casais onde não se visasse a união matrimonial. De maneira geral, podemos considerar que o casamento era uma espécie de contrato entre duas famílias, onde um bom casamento era aquele selado entre famílias com valores iguais, tanto culturalmente como economicamente. Na visão de Eidt (2009), o casamento em Porto Novo atendia aos interesses dos grupos.

A necessidade de mão de obra braçal era ocasionada pela escassez de equipamentos capazes de dar conta da rusticidade do terreno. Em suma, na propriedade se tinha uma junta de bois, e utensílios básicos para o cultivo da terra. A utilização da força braçal era fundamental para os padrões produtivos da época. A implantação de máquinas e produtos químicos na agropecuária regional somente se daria de forma geral, a partir da década de 1950.

Geralmente, cada família que adquiria a terra possuía a difícil tarefa de promover a derrubada da mata e iniciar o cultivo, ou seja, era necessária mão de obra de muitas pessoas. Os idealizadores do projeto Porto Novo consideravam que numa propriedade de 25 hectares, seria possível desenvolver a agricultura e gerar o sustento necessário para o grupo familiar. Geralmente, não era uma regra, cada grupo familiar possuía condições financeiras de adquirir somente um lote de terra, sendo que o pagamento deste lote muitas vezes ainda era feito na forma de financiamento, ou em pagamento de serviços, na abertura de estradas e na derrubada da mata.

No entanto, essa característica gerou após anos de colonização, o problema da sucessão familiar. Ou seja, quando os primeiros filhos casavam, não havia terra o suficiente para gerar a sucessão familiar. Surgiu, então, a partir da década de 1950, o problema dos limites das fronteiras agrícolas, mesmo problema enfrentado pelos colonos nas colônias velhas do Rio Grande do Sul.

De maneira geral, os migrantes que se estabeleceram em Porto Novo nas duas primeiras décadas da colonização trabalharam quase que exclusivamente na agricultura familiar de subsistência, produzindo primeiramente para o consumo familiar, e comercializando os poucos excedentes do cultivo de milho, fumo, e principalmente da banha. Durante muitos anos, o binômio fumo e banha foi o alicerce da economia camponesa da região, por se tratar de uma das poucas variedades com valor comercial para a época.

A suinocultura na região de Itapiranga foi impulsionada após a Segunda Guerra Mundial, quando começaram a surgir principalmente em São Paulo, frigoríficos que compraram suínos para abate, motivados principalmente pela expansão do mercado consumidor interno. Na região de Itapiranga, muitos comerciantes passaram a se dedicar a compra dos suínos criados pelos colonos, transportando-os para frigoríficos em São Paulo. Surge então, a partir da década de 1950, a necessidade de se modernizar o plantel genético dos suínos, devido às exigências do mercado consumidor. Essa expansão na suinocultura regional acabou gerando na década de 1960, a implantação de um frigorífico, capaz de absorver a produção regional, denominado de Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga - Safrita.

Da mesma forma, muitos se dedicaram a extração da madeira exuberante nos primeiros anos de ocupação, bem como, na abertura de estradas como forma de pagar as dívidas contraídas na compra das terras. A exploração da madeira representou uma das primeiras atividades econômicas rentáveis ao colonizador, devido a exuberância da mata nativa. Muitos trabalhadores se dedicaram a essa atividade, derrubando as toras em meio a mata e transportando elas até o leito do Rio Uruguai, que em épocas de cheias era propício para a construção das balsas de toras, que eram transportadas por via fluvial até a Argentina, onde eram comercializadas.

A atividade madeireira, através das balsas, perdurou até por volta da década de 1950, quando se instalaram na região madeireiras e serrarias, que passaram a comprar as toras e transformá-las em produtos de valor comercial. Esse sistema de balsas e toda a logística envolta nesta atividade, desde a derrubada até a comercialização na Argentina, é um campo aberto para estudos futuros.

Podemos considerar que, as três primeiras décadas da colonização, mais precisamente de 1926 até por volta da metade da década de 1950, foram singulares no processo de colonização da região de Porto Novo. Grande característica desse período foi justamente o isolamento da região. Essa conjuntura é evidenciada também nas considerações de Eidt e Silva, quando afirmam que:

o isolamento da região provocou condicionamentos adaptativos. Uma multiplicidade de técnicas locais, geradas espontaneamente, movia os “pioneiros”. Todas as famílias eram potencialmente produtoras de alimentos, objetos de trabalho, roupas, calçados, móveis e outros. Do mercado longínquo e afastado, uma vez e outra eram adquiridos alguns produtos impossíveis de extrair da natureza local, como tecidos e sal. O parco dinheiro, proveniente quase sempre da venda da madeira, supria essas deficiências. (EIDT e SILVA, 2011, p.38)

Esta situação de dependência do meio natural, em relação ao que o próprio trabalho poderia gerar também era sentida pelos caboclos que viviam na região. Esses sujeitos viviam na região como uma espécie de hospedeiros, ou seja, alguém que não era muito bem vindo pela ideologia do padrão de colonizador idealizado pelo *Volksverein*, mas que foi muito importante para o desenvolvimento da colônia como mão de obra, bem como forma de adaptação dos germânicos com a cultura brasileira. Da mesma forma, conforme Reichert (2008), o caboclo foi fundamental para o colonizador alemão ao repassar conhecimentos adquiridos de sua vivência em meio a mata, como medicamentos naturais e tratamentos de enfermidades típicas de locais inóspitos.

O esgotamento do modelo produtivo, do solo e os limites da fronteira agrícola

A história é composta de ciclos que trazem dinamicidade aos processos históricos. Nesse sentido, sociedades construíram novos modos de vida, se adaptaram a novas condições de existência, criaram possibilidades, migraram em busca de novas alternativas e até mesmo sucumbiram para a extinção. Não foi diferente no caso da colonização Porto Novo. Podemos afirmar que, as três primeiras décadas do empreendimento mantiveram um padrão histórico típico do que comumente chamamos de colonização, relacionado diretamente ao caráter de pioneirismo: a derrubada da mata nativa, as primeiras colheitas rudimentares, a estruturação dos primeiros núcleos comunitários e as relações sociais com traços peculiares.

Essa conjuntura começou a mudar a partir da década de 1950, quando a região recebeu novas ondas de migrantes e a fronteira agrícola começou a ficar limitada. Da mesma forma, temos de compreender a política de desenvolvimento adotada no Brasil a partir daquela

década, que teve reflexos diretos na região, impulsionando a modernização da agricultura, a industrialização e a urbanização da população brasileira. Tratou-se de um projeto modernizante, com fortes traços conservadores, disseminado e mundializado após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil esse projeto teve maior ênfase principalmente da década de 1950, com destaque para a política de integração nacional de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). O processo que ficou conhecido como Revolução Verde, caracterizado como impulsionador da modernização da agricultura na década de 1950, também foi importante nesse processo, principalmente acerca do redirecionamento dos padrões de agricultura e produção primária no Brasil.

Apesar das dificuldades iniciais, os moradores de Itapiranga conseguiram criar um ambiente de trabalho e de produção que gerou certo grau de prosperidade na colônia. Com a abertura de terras para a produção e as sucessivas colheitas, os colonos puderam produzir excedentes que pudessem ser comercializados. Além disso, começaram a se desenvolver pequenos núcleos urbanos com o desenvolvimento da sede do município, gerando outras atividades econômicas que trouxeram maior dinâmica para a economia regional.

Para compreendermos o processo de crise do sistema inicial de colonização, temos de primeiramente entender qual era a concepção de desenvolvimento presente nos colonizadores. De maneira geral, podemos afirmar que a necessidade inicial era derrubar a mata densa para iniciar a atividade agrícola. Nesse sentido a floresta era vista como um empecilho para o desenvolvimento da região. A mata fechada era um problema para o colono pelo fato de representar certo grau de perigo, pelo isolamento de sua propriedade e pela presença de animais selvagens e insetos. A derrubada da mata era vista também como um fator de sucesso de empreendimento colonizador pelas lideranças da colonização, pois aos olhos deles e de futuros compradores de lotes de terra, o desenvolvimento da região era medido pelas lavouras exuberantes e pelo caráter civilizatório do meio, já que em meio a floresta densa, proliferava-se a visão de selvageria e isolamento. A derrubada da mata criava certo imaginário civilizatório para aos olhos das lideranças locais.

No entanto, a simbiose entre o homem colonizador e o meio ambiente denotava também um processo de harmonização existencial, ou seja, paralelamente ao sentimento de degradação ambiental e necessidade “civilizar” o mato, a natureza era concebida pelo colonizador como necessária para a subsistência e geração de alimentos e matéria prima necessária para a vida, como a madeira e a água potável. Portanto, o discurso de derrubar a mata para a expansão da noção de civilidade em contraposição ao sentimento de selvageria,

também representa uma abordagem de dualismo, enquanto que o discurso sustenta-se na derrubada, o subjetivo sustenta-se na conservação para a sobrevivência.

Em relatório publicado no final da década de 1940 pela direção da colonização de Itapiranga na Revista *Skt Paulusblatt*, editada pela Editora Amstad, escrita em língua alemã e que circulava nas colônias do Sul do Brasil, temos uma compreensão dessa necessidade de o colonizador vencer a mata a virgem:

Seríamos injustos, se aqui não fizéssemos uma menção especial aos homens, dedicados e ansiosos em progredir, pois certamente lhes devemos, e ao seu trabalho, que Porto Novo se tornasse o que é hoje, uma colonização modelar, com um futuro promissor. Ali onde 1.412 pioneiros corajosos aceitaram enfrentar a luta contra a mata virgem, ela será derrotada, em breve. Ali, onde há pouco ainda dominavam os gigantes da floresta, levantando seus galhos aos céus, hoje o milho dura na lavoura, o fumo espalha suas folhas largas, ou o agricultor queima sua roça nova. A estes corajosos colonizadores expressamos nossa gratidão. (*apud* ROHDE, 2011, p.154)

É preciso esclarecer que, não havia entre os colonizadores a consciência ambiental como se conhece na atualidade. A derrubada da mata, e como demonstra o depoimento acima, “a luta contra a mata virgem”, era uma necessidade de sobrevivência do colono e do próprio empreendimento de colonização.

Na tese de doutoramento de Eidt (2009) compreendemos como funcionava a relação do colono com o meio ambiente:

No mês de Agosto, as famílias estavam envolvidas com a derrubada de matas. O desmatamento tomava conta de áreas cada vez maiores; mesmo nos locais mais íngremes e inacessíveis, a destruição já era iminente. A pressão demográfica da segunda geração de migrantes, frutos incontestáveis da atmosfera religiosa, acelerava e impulsionava a ocupação de mais espaços. As reservas de terra por cultivar, extremamente férteis, paulatinamente foram sendo incorporadas em substituição de outras estéreis, em função da ação do tempo. A abertura de novas estradas, ligadas a outros espaços de consumo, acelerou as relações de mercado, desencadeando a produção de um excedente cada vez maior. (EIDT, 2009, p.189)

O método mais utilizado pelos colonos para vencer a mata virgem e os capoeirões era a queimada. Este método também era praticado pelos caboclos, que o utilizavam em meio a floresta para preparar pequenas áreas de cultivo. Em referência ao estudo de Roche (1969), podemos concluir que a queimada foi um método trazido pelos colonos alemães das colônias velhas do Rio Grande do Sul, gerando na opinião do autor, o esgotamento do solo para o cultivo. Conforme Roche, “o esgotamento do solo é o pesadelo de todas as colônias, foi a conservação da técnica da queimada que empobreceu, de um lado, a coletividade calcinando as terras e de outro o próprio colono, reduzindo o rendimento progressivamente, inexoravelmente.” (ROCHE, 1969, p. 295)

A prática da agricultura em Itapiranga na década de 1950 encontrava-se num estágio bastante tradicional, para não dizer rudimentar. Conforme Jungblut,

O agricultor derrubava o mato, fazia a queimada e cultivava a área sem critérios de conservação. Ele procurava livrar o quanto antes a lavoura de troncos, raízes e tocos e para tal, apelava para as queimadas. No mais, lavrava a terra na primavera e fazia o plantio. Combatia o inço com a enxada. Em poucos anos as terras estavam exauridas. Não praticava a rotação de cultura, nem combatia a erosão e levava de vez em quando algum esterco ou alguma palha a roça. (JUNGBLUT, 2000, p. 471)

Retomando o estudo de Roche, como referencial teórico das condições econômicas vivenciadas pelos alemães nas colônias do Sul do Brasil, percebemos que a crise do sistema produtivo vigente nos primeiros anos de colonização, gerou a queda na produção e a diminuição dos rendimentos sobre os produtos comercializados, gerando também um excedente de mão de obra na própria propriedade. Não foi, portanto, porque agricultores partiram de uma região que a produção nela diminuiu; foi porque os rendimentos baixaram, ou iam baixar, que o excesso dos habitantes a abandonou. “Se o esgotamento das terras e o crescimento da população, entre outros fatores, motivaram essas migrações internas, a natalidade e a técnica incompatíveis com a estrutura agrária é que tornaram fatal o êxodo da população excedente.” (ROCHE, 1969, p.319)

Esta situação de crise do sistema produtivo colonial, em que o colono praticava técnicas de agricultura insustentáveis, gerou grande preocupação nas lideranças da colonização Porto Novo, porque o futuro da região estava em jogo. Caso o agricultor continuasse persistindo nessas técnicas predatórias de produção, o fracasso econômico da colonização seria eminente. Era preciso urgentemente implantar técnicas modernas de produção, gerando maiores rendimentos sob as mesmas condições fundiárias, já que a fronteira agrícola encontrava-se em seu limite.

Na década de 1950 a urbanização de Itapiranga já havia se desenvolvido consideravelmente, gerando uma população que estava disposta a dar um novo ritmo para o desenvolvimento da região. Sabemos que, a agricultura é o alicerce dos centros urbanos, para a produção de alimentos e produtos para a comercialização. E é justamente essa classe social urbana de Itapiranga, preocupada com a crise produtiva regional, que será a impulsionadora da modernização da economia regional, sustentada no desejo dos agricultores em gerar novas perspectivas em meio a agricultura decadente, e, da mesma forma, sustentados pelos padres jesuítas ávidos em garantir o sucesso da colonização, buscando garantir o futuro das gerações vindouras sob os alicerces do catolicismo e da etnicidade alemã.

A sucessão familiar em crise

O solo encontrava-se esgotado depois de três décadas de cultivo, onde a própria a fertilidade natural acabou se esgotando. Para assegurar a continuidade da prática agrícola, foi necessário investir em produtos químicos e técnicas de preservação, que passaram a ser implantadas na região a partir da década de 1970. Aliado a isso, o limite da fronteira agrícola representava uma ameaça para a continuidade da atividade agrícola, principalmente na ótica da necessidade de garantir sustento aos numerosos filhos dos colonizadores, que atingindo a maturidade desejavam exercer uma atividade profissional e gerar renda.

Aliada a crise da fronteira agrícola e do solo, surgiu na década de 1960 a deficiência no sistema da sucessão familiar. Depois de três décadas de colonização, onde formaram-se famílias numerosas, a sociedade começou a se preocupar com o futuro profissional dos seus filhos. Seria possível a agricultura absorver esse excesso de mão de obra entrando na maturidade e ávida por gerar renda? Essa passou a ser uma grande preocupação das famílias na década de 1950 e 1960, pois estava evidente de que não haveria terras para todos os filhos dedicarem-se a agricultura. Os pioneiros encontravam-se, então, debatidos sob a necessidade de garantir o futuro das gerações e acima de tudo, garantir a preservação dos valores sociais idealizados na colonização de Porto Novo.

Maria Rohde, pioneira e esposa de Carlos Rohde, um dos administradores do empreendimento de colonização de Itapiranga, via na década de 1950 a necessidade do *Volksverein* em promover o desenvolvimento da região para a manutenção dos valores culturais católicos e germânicos:

O fundo dourado para o grande êxito do empreendimento está na questão da ideia central que o norteava: origem étnico-cultural e religiosa unitária dos colonizadores. Essa era a raiz de sua força. Queira Deus que ela continue crescendo e produzindo brotos que frutifiquem, e caso nos próximos decênios, para as próximas gerações, se torne necessário abrir os portões de novas áreas de mata nativa, quando os filhos procurarem por novas áreas de terra, que seja a Sociedade União Popular Católica que se disponha a abri-los. Quase nos quer parecer uma tarefa sagrada prosseguir com ela para o bem das gerações futuras. (ROHDE, 2011, p. 312)

O discurso de Maria Rohde previa a necessidade da colonizadora *Volksverein*, denominada por ela de Sociedade União Popular, em abrir novas áreas de terras em meio a mata nativa, para assegurar o pleno futuro das gerações vindouras, dos filhos dos pioneiros de Itapiranga. Aos olhos da atualidade, esse discurso apesar de carregado de ufanismo, nos demonstra de que havia uma preocupação com o futuro da região, e de que havia a necessidade de se buscar novas fronteiras agrícolas para as gerações vindouras.

Conforme Jungblut (2000), na década de 1950, Itapiranga possuía 13.542 habitantes, distribuídos em cerca de 28.398 hectares que representavam a colonização Porto Novo. Num cálculo simples podemos concluir que para cada habitante correspondiam cerca de 2 hectares de terra. Num sistema produtivo bastante arcaico, onde era necessária uma vasta área de terra para o colono produzir para o sustento da família, e, ainda gerar um excedente para a comercialização, podemos compreender porque na década de 1960 a colonização passou a enfrentar sérias dificuldades de absorver a população em expansão.

Nesse sentido, quando grande parte da população jovem da colonização adentrava na maioria, não havia disponibilidade de lotes rurais que pudessem absorver novas famílias de agricultores. O limite da fronteira agrícola da colonização afetou o sistema de sucessão familiar do colono, ou seja, ocorria a possibilidade de o lote colonial dos pais ser fragmentado no máximo uma só vez, geralmente para absorver o novo grupo familiar gerado com o casamento do filho mais velho. Um lote colonial, nos moldes produtivos das primeiras décadas de colonização deveria ter proporções que garantissem a prática de uma agricultura essencialmente expansiva. Ou seja, um lote colonial de 10 hectares ou menos, não era capaz de garantir produção e renda capazes de sustentar uma família da forma desejada.

Nas palavras de Wortmann (1994), não há nada de mais dramático para o colono alemão do que afetar a sua capacidade de sucessão familiar dentro dos padrões tradicionais, o que a autora chamou de *Keim*, ou seja, aquilo que o colono deixa como herança para as gerações futuras. Segundo a autora, na família camponesa terra era e é sinônimo de um bom casamento e de continuidade da linhagem familiar.

A colonizadora *Volksverein* buscou comprar novas áreas de terra para dar continuidade ao projeto de uma colonização homogênea, evitando a miscigenação cultural e religiosa. No entanto na década de 1960 praticamente todas as áreas de terras do extremo oeste catarinense já haviam sido vendidas.

Com a emancipação do município de Itapiranga no ano de 1954, iniciou-se na região um novo ciclo de desenvolvimento econômico. No final da década de 1950, a pobreza das famílias dos colonos era grande e o atraso em todos os ramos da atividade rural era preocupante. As autoridades políticas e religiosas juntamente com lideranças da sociedade civil, iniciaram um debate acerca da urgência em se buscar alternativas econômicas para o futuro da região. Formou-se então, a Comissão Municipal de Desenvolvimento – Comude, que passou a discutir propostas de desenvolvimento para a região, que alicerçada em um estudo técnico realizado por uma empresa especializada, apontou alternativas econômicas,

como a construção de um frigorífico, de uma laticínios e de uma escola técnica-profissionalizante.

A partir da década de 1970, a região iniciou um processo de abertura com a modernização da agricultura. A implantação do frigorífico e o sistema de integração entre o produtor rural e a agroindústria implantou novos padrões de produção na propriedade agrícola. O projeto de colonização homogêneo idealizado na década de 1920 pelos padres jesuítas sofreu profundas alterações, sendo o poder religioso substituído pelo poder do mercado, com a crescente profissionalização do agricultor. A expansão da urbanização da região e o êxodo rural dos jovens para centros urbanos distantes foram as consequências da crise da sucessão familiar nas propriedades agrícolas da região.

Entendemos que a questão do êxodo rural, principalmente dos jovens, é um processo que vêm ocorrendo no extremo-oeste catarinense mais intensamente desde a década de 1970. E esse problema perdura até a atualidade, como podemos constatar na obra organizada por Silvestro (2001), que aborda os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.

Considerações finais

Acreditamos que o etos do colono na colonização Porto Novo entrou em crise a partir da década de 1950, devido ao esgotamento dos solos e das colheitas cada vez menos lucrativas. Da mesma forma, a estrutura familiar tradicional foi afetada através da crise do sistema de sucessão familiar com os limites das fronteiras da própria colônia, sustentada em práticas agrícolas rudimentares, onde eram necessárias grandes áreas de terras para a produção de gêneros alimentícios de sustento do grupo familiar e também de um excedente para a comercialização.

Iniciou-se assim, o processo de modernização da agricultura regional a partir da década de 1960, através da implantação de uma escola profissionalizante para os filhos dos agricultores, da construção de uma laticínios e de um frigorífico. A modernização da agricultura substituiu os tradicionais hábitos dos colonos, modificando técnicas de trabalho com a utilização de produtos químicos, máquinas e melhoramento dos plantéis de animais. Essa conjuntura trouxe novos valores cotidianos aos colonos, novos tempos de trabalho, novas rotinas, outras relações familiares e comunitárias. Era o *ethos* do colono em processo de transição para uma nova realidade.

Concluimos que um modelo de colonização com as características de Porto Novo não é sustentável, pois o isolamento cultural e o estímulo a não miscigenação étnica acabam por sufocar a população local dentro de seus próprios padrões culturais. O desenvolvimento econômico, sentido na região principalmente a partir da década de 1970, discutido por necessidade pela própria população local, surgiu em virtude do atraso da prática agrícola dos colonos e da necessidade de se buscar alternativas para o excedente de mão de obra, ocasionado pelos limites da fronteira agrícola da colonização.

Referências

- EIDT, Paulino. *Os sinos se dobram por Alfredo*. Chapecó: Argos, 2009.
- EIDT, Paulino. SILVA, Edinaldo Enoque. *Porto Novo: do reino religioso ao poder de mercado*. Curitiba: CRV, 2011.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- JUNGBLUT, Roque. *Documentário Histórico de Porto Novo*. São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica e Editora, 2000.
- MOURA, Margarida Maria. *Camponês*. São Paulo: Ática, 1986.
- RAMBO, Lorival Inácio. *Um outro olhar sobre a colonização: a relação homem-natureza*. Chapecó, SC: Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais. Universidade Comunitária de Chapecó, 2007. (Mimeo).
- REICHERT, Patrício. *Desavenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros de Porto Novo: a segregação social do caboclo*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. (Mimeo).
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Tradução Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- ROHDE, Maria W. *Espírito Pioneiro: a herança dos antepassados*. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.
- SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- SILVESTRO, Milton Luiz (et alii). *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2001.
- TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família: ethos e racionalidade produtiva no cotidiano camponês*. Tese de doutoramento apresentado no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unicamp. 1998. (Mimeo).
- WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec, 1994.